

# Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar

## *Contributions of Nutrition Education for the Construction of Food Security*

**RESUMO** O ensaio conceitua educação nutricional como um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, visando o acesso econômico e social de todos os cidadãos a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social. São propostos quatro enfoques fundamentais às intervenções: direito à alimentação, promoção à saúde, sustentabilidade ambiental e cuidado. A fim de garantir que as intervenções alcancem todos os segmentos populacionais, recomenda-se o seu desenvolvimento nas seguintes áreas: ensino formal da pré-escola à universidade, educação informal, serviços e redes sociais de apoio, conselhos municipais de segurança alimentar, rede básica de saúde e por intermédio da mídia. Aponta como condição à efetividade das intervenções a necessidade de uma visão abrangente de alimentação, apoiada em conhecimentos das áreas de psicologia social e antropologia, além de nutrição. No âmbito da educação, sugere como marco teórico o pensamento pedagógico de Paulo Freire.

**Palavras-chave** EDUCAÇÃO NUTRICIONAL – SEGURANÇA ALIMENTAR – EDUCAÇÃO EM SAÚDE – PROMOÇÃO À SAÚDE.

**ABSTRACT** The essay conceives nutritional education as a set of organized strategies that seek to improve culture and food valorization, conceived in the recognition of the need to respect but also modify beliefs, values, attitudes, representations, practices and social relations regarding food. The aim of these strategies is the economic and social access of all citizens to adequate food, both in quantity and quality, in order to pursue health, pleasure and social living. Four fundamental focuses are proposed in order to base the interventions: the right to food, health promotion, environmental sustainability and care. In order to ensure that such interventions reach all social segments, some areas should be developed. They are: formal teaching, from pre-school to university, non-formal education, social services and social support networks, municipal councils for food security, health care networks, and the media. The text points out, as a condition for the effectiveness of interventions, the need of a comprehensive approach of food practices including the knowledge of social Psychology and Anthropology besides Nutrition. In the educational area, Paulo Freire's pedagogical thought is suggested as a theoretical framework.

**Keywords** NUTRITIONAL EDUCATION – FOOD SECURITY – HEALTH EDUCATION – HEALTH PROMOTION.

MARIA CRISTINA FABER BOOG\*

Departamento de Enfermagem –  
Faculdade de Ciências Médicas  
(Unicamp/SP)

\*Correspondências: Rua Pedro  
Leardini, 200, 13271-651, Valinhos/SP

crisboog@fcm.unicamp.br

## INTRODUÇÃO

A educação nutricional voltada à segurança alimentar e nutricional compete contribuir, na sua área de conhecimento, ao enfrentamento do desafio de reconstruir um mundo livre da tragédia da fome – meta de curto, médio e longo prazo que demanda ações amplas e integradas ao planejamento econômico, à agricultura, à educação, à saúde, apenas para citar algumas das múltiplas interfaces que colocam a alimentação como questão a ser analisada em complexidade,<sup>23</sup> termo que tem sido empregado para referir realidades ou problemas multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários, como é a fome.

No Brasil, o *status* da educação nutricional oscilou, da segunda metade do século XX até os dias atuais, de política de Estado, nos anos 40 e 50, ao descrédito, nas décadas de 70 e 80, fase referida por Castro e Peliano<sup>6</sup> como exílio da educação nutricional. Nos anos 90, ressurgiu o interesse por ações nessa área, diante da necessidade de intervenção sobre a crescente prevalência de obesidade e doenças crônico-degenerativas, problemas cujo controle demanda ações de educação nutricional para indivíduos de todos os estratos sociais. A partir de 1996, com a assinatura da Declaração de Roma, que selou os compromissos assumidos pelos participantes da reunião da Cúpula Mundial de Alimentação, na qual vários países propuseram-se a estudar a implementação de políticas voltadas ao combate à fome,<sup>11</sup> foi despertado o interesse a respeito das possíveis contribuições da educação nutricional para a consecução dessa meta, o que constitui uma nova agenda para esse campo de conhecimento.

Procurando conferir ao tema uma abrangência ampla, conceituamos educação nutricional como um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, visando o acesso econômico e social a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social.

Para alcançar efetividade nas ações voltadas à educação nutricional, ela precisa estar contextualizada em programas e ações abrangentes. Propo-

mos quatro enfoques básicos para a educação nutricional voltada à segurança alimentar: direito à alimentação, promoção à saúde, sustentabilidade ambiental e cuidado. Ressaltamos que esses enfoques compõem um pano de fundo para as ações, independentemente do local onde elas forem desenvolvidas. Sem a pretensão de elencar todas as áreas possíveis, entendemos que as mencionadas a seguir representam os principais acessos da população à discussão da segurança alimentar: ensino formal, educação informal, serviços e redes sociais de apoio, conselhos municipais de segurança alimentar, rede básica de saúde e mídia.

## ENFOQUES BÁSICOS PARA A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL VOLTADA À SEGURANÇA ALIMENTAR

### O Desafio de Sensibilizar para o Direito à Alimentação

A fome foi, durante muito tempo, considerada inerente à *inevitável* desigualdade social e a caridade seria o meio de humanizar a relação entre os que desfrutam de uma situação social e econômica mais privilegiada e aqueles que vivem à margem da sociedade. A fome é, na realidade, um prova cabal de que as organizações sociais se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas – a necessidade de alimento –,<sup>7</sup> de forma que uma educação visando à segurança alimentar não pode apartar-se de mudar essa visão e deve abraçar a tarefa de preparar e estimular crianças e jovens para que participem de atividades destinadas a construir um mundo livre da fome. Por outro lado, a colocação da fome nas metas políticas dos governos requer intervenções mais imediatas atreladas a programas.

A segurança alimentar se dá nos âmbitos planetário, nacional, regional, comunitário e familiar, de forma que, em todos os níveis de ensino, cabe incluir essa pauta a fim de fomentar a internalização da alimentação como direito, com o respaldo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo XXV) e da Constituição Brasileira (Artigo 5.º), e como valor para a vida plena, preservando-se o ambiente, a saúde e a qualidade de vida. Estabelecido o propósito de mudar mentes e acreditando ser isso possível, há que se trabalhar por esse fim oferecendo, no ensino formal, do nível fundamental ao terceiro grau, e também

no informal, conteúdos com o propósito de que todos os cidadãos internalizem a idéia do alimento como direito humano e valor para a saúde e a dignidade humanas. Também é fundamental que os cidadãos problematizem a questão da pobreza, da fome e da desnutrição, pois, como diz Monteiro,<sup>22</sup> “embora igualmente graves e indesejáveis, e ainda que compartilhem causas e vítimas, fome, desnutrição e pobreza não são a mesma coisa” (p. 8), e a compreensão profunda desses problemas é condição para que se possa olhar criticamente para a sociedade que os produz e reproduz, identificando o que deve ser modificado, estabelecendo metas viáveis e trabalhando para isso.

Delineia-se, portanto, um problema novo, que é o de estabelecer o que deve ser ensinado para começar a transformar a nossa sociedade em uma sociedade livre da tragédia da fome. De um lado, apresenta-se o desafio de trabalhar com pessoas cuja esperança, iniciativa e desejo de lutar estão adormecidos pela sensação de impotência decorrente do estado de fome e miséria em que vivem. Como diz Novara:

Cada pessoa, cada comunidade, por mais carente que seja, representa uma riqueza e demonstra um grande valor. Para ajudar a desenvolver os próprios talentos e a mover a responsabilidade pessoal, é necessário valorizar e reforçar aquilo que as pessoas já construíram, a própria história, as relações existentes, isto é, reafirmar aquele tecido social e aquele conjunto de experiências que constitui o seu patrimônio de vida. É um ponto operativo fundamental que nasce de uma abordagem positiva da realidade e que ajuda a pessoa a entender o seu próprio valor, a sua dignidade e, desse modo, a desenvolver uma responsabilidade. (Novara,<sup>24</sup> p. 115)

De outro lado, apresenta-se a tarefa de despertar para esse problema mentes que jamais sentiram ou viram a fome, embora ela tenha estado presente nos arredores de sua existência desde sempre. Discutir essa questão desafia a aproximar e romper a disjunção existente entre aqueles que passam fome e aqueles que jamais se viram na perspectiva de não ter o que comer. Diferente de tragédias como desastres, cataclismos naturais ou doenças fatais, que atingem pessoas de todas as classes sociais, a fome atinge exclusivamente um segmento social, mais precisamente 1/5 da população brasileira, que não se mistura aos outros 4/5 justamente porque está excluído, isto é, vive à margem da sociedade. Não desfrutar de segurança alimentar é muito diferente de não poder comprar o que se deseja comprar. Via de regra, quem lê e discute a questão da fome nunca se viu às voltas com a insegurança alimentar. Por isso, quando

se discute a fome, discute-se o problema *dos outros*. O primeiro desafio pedagógico é superar essa disjunção nós/outros, desenvolvendo uma educação para a solidariedade que permita perceber *os outros* – os socialmente excluídos – como parte do nós – sociedade brasileira –, pelos quais somos todos responsáveis.

Se educar em alimentação implica resgatar a dignidade, esperança, autoconfiança e força para lutar daqueles que se encontram empobrecidos e excluídos, cabe uma alusão à necessidade de uma análise criteriosa sobre as formas de ajuda alimentar. A carência de alimentos à mesa de uma família desperta sentimentos de solidariedade, caridade e generosidade de forma que, com relativa facilidade, se obtém alimentos para doação. Entretanto, estudos demonstram que a ajuda alimentar guarda uma desconfortável relação com interesses políticos e econômicos,<sup>15</sup> pois a generosidade que sustenta as doações pode representar um braço de uma ordem social que, com o outro, mantém as relações espúrias que geram a fome nos países economicamente dependentes, e até mesmo entre trabalhadores assalariados. Solidariedade pressupõe *dependência mútua* entre os homens, enquanto caridade expressa favor, esmola, compaixão. A doação tem sentido na medida em que quem dá o faz efetivamente por solidariedade e quem recebe não se sinta menos digno e capaz por receber. A análise profunda e crítica das ações em torno de ajuda alimentar transcende o objetivo do presente texto, mas é importante pontuar que doações mal conduzidas podem prestar um desserviço ao propósito de resgatar a dignidade e a autoconfiança dos assistidos.

A educação nutricional deve ser planejada de forma a atingir a população como um todo, bem como comunidades, grupos e indivíduos. Os cidadãos devem familiarizar-se com os problemas nutricionais existentes e com os aspectos da economia que influenciam o acesso à alimentação. A abordagem educativa deve ser pensada na perspectiva do *empowerment*, isto é, da capacitação e do fortalecimento dos indivíduos e da comunidade para alcançar suas metas.<sup>18</sup>

### Promoção da Saúde

Em 1986, a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde emitiu a Carta de Otawa, que aponta como condições e requisitos para a saúde, a paz, a educação, a moradia, a alimenta-

ção, a renda, um ecossistema saudável, justiça social e equidade. A promoção da saúde, que foi objeto de várias outras conferências internacionais posteriores, envolve desde políticas públicas saudáveis até a ampliação do conhecimento das pessoas, pressupondo o seu desenvolvimento integral, aumentando a sua capacidade de influir sobre os fatores determinantes da saúde e de tomar decisões. Várias conferências internacionais trataram do assunto, mas a que mais de perto abordou o tema da educação foi a de 1992, que emitiu um documento final denominado *Declaração de Santa Fé de Bogotá*, que propõe três estratégias para a promoção da saúde na América Latina: 1. impulsionar a cultura da saúde, modificando valores, crenças, atitudes e relações; 2. transformar o setor saúde, pondo em relevo a estratégia de promoção à saúde; 3. convocar, animar e mobilizar um grande compromisso social para assumir a vontade política de fazer da saúde uma prioridade.<sup>5</sup> A promoção da saúde visa a população como um todo e não apenas populações marginalizadas. Uma alimentação de má qualidade contribui para doenças como câncer, problemas cardiovasculares, *Diabetes mellitus* tipo 2, entre outras. Organizações nacionais e internacionais têm chamado a atenção para o baixo consumo de frutas e hortaliças em todos os estratos sociais, e esse é um dos fatores que predispõem o organismo a doenças crônico-degenerativas. Alimentar-se bem é um fator fundamental na promoção à saúde que, por sua vez, deve estar nos propósitos do ensino nas escolas, nos setores sociais das empresas,<sup>3</sup> nos *campi* das universidades, nas praças de esportes, nas sociedades de amigos de bairro e, sobretudo, em políticas públicas que situem a saúde no topo da agenda política, promovendo-a de setor da administração a critério do governo<sup>5</sup> e estabelecendo conexões com as várias áreas da administração pública.

### Sustentabilidade Ambiental

Cabem, no âmbito do tema, as questões da soberania alimentar e da sustentabilidade ambiental, que têm interfaces com as áreas de agricultura e política econômica.<sup>9</sup> A primeira procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associada à geração interna de emprego e à menor dependência das flutuações de preços do mercado internacional. A sustentabilidade diz respeito à preservação do meio ambiente, não utilização de agrotóxicos e de produção extensiva em

monoculturas. Ambas estão atreladas à preservação da cultura alimentar e à valorização e manutenção da produção local, aspectos que dizem respeito diretamente à educação nutricional. A adesão indiscriminada a produtos industrializados não compromete apenas a qualidade nutricional da alimentação, pois quando práticas alimentares tradicionais cedem lugar a produtos industrializados, freqüentemente menos saudáveis, mais ricos em gordura e geradores de lixo, compromete-se também a sustentabilidade. Além disso, a aceitação de um produto traz consigo a incorporação de um complexo de valores e de condutas que se acham implicados nesses produtos.<sup>25</sup>

Alguns especialistas defendem posições radicais, como a de se adotar uma alimentação alternativa. Efetivamente, há uma relação entre o nível em que se dá a alimentação de uma população na cadeia alimentar e a sustentabilidade ambiental.<sup>17</sup> Por outro lado, há segmentos populacionais e segmentos do mercado que consomem e comercializam quantidades de carne incompatíveis tanto com princípios ecológicos e de equidade quanto com a saúde. Tem sido freqüente a proposta de se adotar uma alimentação alternativa ou com alimentos não convencionais. Identificamos a primeira como a adoção voluntária de um padrão alimentar diferente do predominante na cultura local, como a adoção de uma alimentação vegetariana ou ovo-lacto-vegetariana. A palavra alternativa indica que a opção pode ser ora uma, ora outra. Já alimentos não convencionais são alimentos ou partes de alimentos que não integram o padrão alimentar de uma sociedade, cuja introdução é geralmente preconizada para os estratos econômicos mais baixos sob a alegação de que são mais baratos ou não custam nada, pois seriam jogados no lixo. A própria tese subjacente à alimentação não convencional toma por pressuposto a necessidade de adequar o consumo humano à lógica do mercado, ou seja, quem possui recursos escolhe o que deseja comer e quem não possui deve aprender a consumir "alimentos" que estão fora do mercado.

Á educação nutricional compete incentivar a adoção de padrões alimentares sustentáveis e, sobretudo, éticos, isto é, que preservem a saúde, a cultura, o prazer de comer, a vida, os recursos naturais e a dignidade humana.

## Cuidado com a Alimentação

Representações e valores embutidos em práticas cotidianas podem ser questionados sob o prisma da segurança alimentar, como a perda da habilidade de cozinhar das novas gerações, que preferem se valer dos produtos semiprontos, industrializados e que, às vezes, sequer sabem manejar uma panela de pressão. Compete à educação nutricional resgatar a dignidade do ato de cozinhar e fortalecer, nas comunidades e no seio das famílias, a disposição para despender tempo e atenção com a alimentação, especialmente de crianças, envolvendo o fornecimento de alimentos nesse processo amplo, diário e repetitivo que é o ato de cuidar, pois a qualidade do cuidado é um fator que pode agravar a situação de insegurança alimentar.<sup>20</sup> Atos inerentes ao cuidar e técnicas que, culturalmente, eram passadas de geração a geração, estão se perdendo. Defendemos aqui a posição de que prover a própria alimentação é autocuidado, não sendo, portanto, cabível depender de terceiros para isso. Mulheres e homens, meninas e meninos devem se familiarizar com habilidades culinárias mínimas que lhes permitam gozar de autonomia para prover o autocuidado em relação à alimentação e cuidar da alimentação das crianças pequenas.

## ÁREAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DESTINADAS À EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

### Ensino Formal

As crianças em idade pré-escolar podem começar a conhecer alimentos locais e sazonais e os escolares poderão explorar as cadeias alimentares locais, sempre retornando à análise crítica de sua própria alimentação. Obviamente, todos os alimentos consumidos na escola – quer procedentes da merenda escolar, quer de lanches trazidos de casa ou de cantinas – devem se coadunar com o propósito da educação nutricional que, por sua vez, deve contemplar aspectos nutricionais, comensalidade e padrões culturais para que a criança conheça e aprenda a apreciar e valorizar a cultura alimentar da região e do país. Trata-se de fomentar o gosto pelas coisas da sua terra por intermédio do conhecimento das produções locais, das pessoas – agricultores – responsáveis pela produção, familiarizando-se com os alimentos naturais. Freqüentemente, vêem-se pessoas que se

propõem, com a maior disposição, a pagar por um refrigerante fabricado numa indústria em vez de fazê-lo por uma fruta, não aventando que a fruta foi plantada, cuidada, colhida e estocada para, finalmente, chegar às mãos do consumidor. O gosto pelas coisas da terra passa também pelo respeito aos homens e mulheres que os produzem. Portanto, conhecer e aprender a respeitar esses trabalhadores faz parte da educação nutricional para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do amor à terra e ao que ela produz. Infelizmente, falta-nos ainda literatura sobre o assunto, adaptada aos diversos níveis de ensino. Há alguns livros publicados,<sup>1, 2, 19, 27</sup> mas, com a valorização do tema, professores de várias áreas poderão estabelecer conexões entre conteúdos específicos de sua disciplina e questões relacionadas à segurança alimentar. Afinal, alimentação é um tema central da vida e da vida em sociedade, de forma que, em todas as disciplinas, há uma forma de estabelecer relações com a alimentação.

### Educação Informal

Serviços sociais, empresas de refeições coletivas e serviços de orientação ao consumidor podem desenvolver atividades de educação nutricional, no sentido de influenciar os padrões de consumo, fomentando a segurança alimentar e as práticas alimentares saudáveis. Muitos aspectos da alimentação podem ser trabalhados: revalorizar comidas artesanais, incentivar a culinária típica, explorar a biodiversidade, favorecer o desenvolvimento microeconômico por meio da capacitação profissional,<sup>3, 12, 21</sup> desenvolver o senso crítico em relação ao consumismo e aos apelos mercadológicos, evitar o desperdício e desenvolver padrões de excelência organoléptica explorando a riqueza de aromas de ervas naturais.

### Serviços Sociais e Redes Sociais de Apoio

A população deve ser informada da existência de grupos que vivem na condição de insegurança alimentar, e as comunidades devem saber quem são as pessoas em situação de insegurança alimentar, onde elas estão, quem são os desnutridos.<sup>21</sup> Já foi demonstrado que o saneamento básico, a assistência à saúde, o acesso, especialmente das mulheres, à educação e, logicamente, emprego para homens e mulheres são medidas fundamentais para combater a desnutrição.<sup>22</sup> As redes sociais de apoio prestam ajuda material e funcionam como agentes de integração, de socialização e de

solidariedade para as populações mais carentes. Também as redes informais de entre-ajuda – mais comuns em cidades pequenas, onde os vínculos familiares, de amizade e de conhecimento são mais estáveis – são recursos para o enfrentamento das condições de pauperismo. Como diz Gerhardt:<sup>16</sup>

É a dinâmica das relações humanas que está na base da estrutura das redes e das formas de entre-ajuda. Assim, as redes de entre-ajuda não podem ser isoladas do contexto que as faz emergir e da dinâmica das relações interpessoais, ou seja, da empatia, das relações afetivas, das relações de companheirismo, dos gestos gratuitos dificilmente quantificáveis. (Gerhardt,<sup>16</sup> 2003)

### Conselhos Municipais de Segurança Alimentar

Os membros que compõem os conselhos municipais de segurança alimentar precisam capacitar-se para debater e buscar alternativas sem discriminar qualquer área de conhecimento, em respeito à multidimensionalidade dessa questão.

Os membros dos conselhos devem conhecer quais são os problemas nutricionais, qual a prevalência de desnutrição no seu município e buscar compreender esse aparentemente insólito paradoxo do crescimento da prevalência de obesidade associada à insegurança alimentar, para que não se criem ilusões de que o mero fornecimento de alimentos às pessoas pobres resolveria os problemas nutricionais.<sup>26</sup>

### Rede Básica de Saúde

É imprescindível a incorporação de ações de educação nutricional em todos os programas de saúde, tanto naqueles voltados à promoção da saúde como nos dirigidos à prevenção e ao controle das doenças.<sup>4</sup>

### Mídia

Por intermédio de uma divulgação adequada da problemática da insegurança alimentar na mídia, apoiada com a discussão em escolas, serviços de saúde, creches, empresas e instituições comunitárias, em geral, é possível sensibilizar as pesso-

as e fazer chegar até elas o debate sobre as formas de enfrentamento do problema. Mensagens relativas à promoção da saúde veiculadas pela mídia podem ter um grande impacto desde que sejam discutidas, reforçadas e ampliadas no âmbito da educação formal e informal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o sucesso das ações de educação em nutrição, é fundamental a compreensão profunda e abrangente do significado da alimentação na vida, na vida cotidiana<sup>10</sup> e na vida em sociedade, pois ela não pode ser reduzida a um fenômeno apenas biológico. A maneira de nos alimentarmos expressa nossa história, nossa identidade cultural, organização social, poder político e econômico. Por meio dela, expressamos desejos e afetos e, cuidando dela, promovemos a saúde e fortalecemos os vínculos sociais, o sentimento de pertença a um grupo e expressamos nossa forma de ser no mundo.<sup>8, 13</sup> O conhecimento de psicologia social e antropologia da alimentação deve sempre subsidiar as intervenções na área de educação nutricional.

Transcende os objetivos deste ensaio uma abordagem sobre os fundamentos filosóficos que devem nortear a abordagem pedagógica. Limitamo-nos, assim, a sugerir que a leitura da extensa obra de Paulo Freire seja a referência básica para a formação dos educadores em nutrição. Ninguém como ele conseguiu tão bem discutir as possibilidades e os limites da educação formal e informal, a natureza da educação como ato político, as características e o potencial da dialogicidade para a construção da autonomia, a educação como caminho para a libertação das condições sociais de opressão, focalizando a educação como via para a transformação da situação concreta de existência<sup>14</sup> a fim de que se possa desfrutar de uma vida digna, na qual se inclua, entre outras condições, a segurança alimentar e nutricional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abramoway R. O que é fome. São Paulo: Abril/Brasiliense; 1985.
2. Adas M. A fome: crise ou escândalo? São Paulo: Moderna; 1988.
3. Belik W. Segurança alimentar: como as empresas podem participar do combate à fome. São Paulo: Instituto Ethos; 2003.
4. Boog MCF. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. Cad. Saúde Públ 1999;15 Supl 2:139-47.
5. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciên Saúde Colet 2000;5 (1):165-77.

6. Castro CM, Peliano AM. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: Castro CM, Coimbra M. O problema alimentar no Brasil. São Paulo: Unicamp/Almed; 1985, 195-213.
7. Castro J. Fome: um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
8. Contreras J. Antropología de la alimentación. Madrid: Eudema; 1993.
9. Conway G. Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente. São Paulo: Estação Liberdade; 2003.
10. Dibsdall LA, Lambert N, Frewer LJ. Using interpretative method phenomenology to understand the food-related experiences and beliefs of a select group of low income UK women. *J Nutr Educ Behav* 2002;34 (6):298-309.
11. FAO. Que es el derecho a la alimentación? [Acesso em 2004 fev. 1]. Disponível em: <[www.fao.org/worldfoodsummit/spanish/focus/focus6](http://www.fao.org/worldfoodsummit/spanish/focus/focus6)> .
12. Favaro T. Centro de treinamento dá curso sobre panificação. *Correio Popular* 2004 fev 29; Cenário XXI:4.
13. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra; 1998.
14. Fischler C. El (h)omnívoro. Barcelona: Anagrama; 1995.
15. George S. O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1978.
16. Gerhardt TE. Situações de vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano. *Ciênc Saúde Colet* 2003;8 (3) [Acesso em 2004 fev. 20]. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> .
17. Greif S. Sustentabilidade econômica e ecológica mediante a opção pelo vegetarianismo. *Cad Debate* 2002;9:55-68.
18. Hamm MW, Bellows AC. Community food security and nutrition educators. *J Nutr Educ Behav* 2003;35 (1):37-43.
19. Helene MEM, Marcondes B, Nunes E. Fome. São Paulo: Scipione; 2003.
20. Martin-Prevel Y. *Soins et nutrition publique*. *Santé* 2002;12 (1):86-93.
21. McCollum C, Pelletier D, Barr D, Wilkins J. Agenda setting within a community-based food security planning process: the influence of power. *J Nutr Educ Behav* 2003;35 (4):189-99.
22. Monteiro CA. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Est Avan* 2003;17 (48):7-20.
23. Morin E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco; 2001.
24. Novara E. Promover os talentos para reduzir a pobreza. *Est Avan* 2003;17 (48):101-22.
25. Ortigoza SAR. O fast-food e a mundialização do gosto. *Cad Debate* 1997;5:21-45.
26. Peña M, Bacallau J. La obesidad en la pobreza: un nuevo reto para la salud pública. Washington: OPAS/OMS, 2000.
27. Ziegler J. A fome no mundo explicada ao meu filho. Petrópolis: Vozes; 2002.

Submetido: 10/maio/2004  
Aprovado: 2/jul./2004

